

## CIGARRO ILÍCITO

### **Ministro da Justiça anuncia criação de comitê nacional de combate ao contrabando de cigarro**

#### **Receita ressalta que tributação estimula contrabando**

O ministro da Justiça, Osmar Serraglio, anunciou durante audiência com representantes da cadeia produtiva do tabaco, no dia 18 de maio, em Brasília, a criação de um comitê nacional de combate ao contrabando.

A ideia é integrar as ações repressivas existentes entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita com as informações da cadeia produtiva do tabaco. Liderada pela AmproTabaco e pela senadora Ana Amélia Lemos, a mobilização busca por medidas mais enérgicas por parte do governo federal.

“Vamos designar alguém do Ministério para ter esse contato direto com os representantes da cadeia produtiva do tabaco com o intuito de cruzarmos informações junto à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria da Receita Federal, realizando uma integração das informações e do uso da inteligência para que resulte em algo mais concreto. Com todo o aparato que nós temos, precisamos fazer essa integração para que disso resulte algum meio ou instrumento, porque é muito expressivo que mais de 30% dos cigarros consumidos no País sejam ilegais”, disse Serraglio.

Presente na reunião, o diretor da Divisão de Repressão e Crimes Fazendários da Polícia Federal, Franco Perazzoni, destacou que a alta tributação do cigarro estimula o contrabando.

“Ao mesmo tempo em que temos uma postura de saúde por parte do governo, com o intuito de diminuir o consumo, a alta carga tributária acaba tendo um duplo efeito: diminui o consumo do produto legal e aumenta o consumo do produto ilegal”, afirmou Franco Perazzoni, diretor da Divisão de Repressão e Crimes Fazendários da Polícia Federal. Segundo ele, a média anual de apreensões gira em torno de quatro milhões de pacotes de cigarros.

Segundo o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke, a proposta passa pelo aprofundamento da relação entre Brasil e Paraguai, já que 60% da produção paraguaia é destinada ao contrabando.

“Precisamos avançar sobre o tema e uma das soluções possíveis também passa pela aproximação entre os países envolvidos, Brasil e Paraguai”, afirmou Schünke.

O presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco), Telmo Kirst, falou sobre os impactos do contrabando para a economia.

“Somos 574 municípios produtores de tabaco e temos o compromisso com a defesa da economia de nossos municípios e, conseqüentemente, do País”, reiterou Kirst, que também é prefeito de Santa Cruz do Sul.

Presente na reunião, o deputado Alceu Moreira afirmou que o Brasil continuará a produzir cigarro enquanto houver mercado.

“Então, enquanto alguém fumar no mundo, o Brasil deve continuar produzindo tabaco”, afirmou Moreira.

Fonte: Sinditabaco – Edição: SE-Conicq  
<http://sinditabaco.com.br/our-doctors/>